

Brasília-DF, 31 de março de 2025

Encerramento do Março Mulher da CNTI aconteceu neste fim de semana



A CNTI em parceria com a Secretaria da Mulher de Petrópolis e COMDIM, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, encerrou suas atividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, neste último sábado (29/03), com Seminário, cujo tema foi **"A Desigualdade Salarial e Empregos para as Mulheres em Petrópolis-RJ"**, no auditório da Casa dos Conselhos Municipais na Avenida Koeler, 260 – Centro, Petrópolis -RJ.



A mesa de abertura esteve composta por Rosângela Stumpf, Secretária Municipal da Mulher, Rejane de Almeida, Deputada Federal do PCdoB, Sérgio Fernandes, Deputado Estadual do PSD, Lívia Miranda, Vereadora do PCdoB, Gláucia Morelli, Presidente do COMDIM; Rochane Araújo, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Petrópolis e Três Rios, Jorge Luiz Mussel, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Vestuário do RJ, Sr Jorge no ato também representou o Deputado Estadual Yuri Moura, Sr Wanilton Reis dos

Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, Sr Eduardo Neves, Secretário da Região Sudeste da CNTI e a Sra. Luci Parmejani, da Federação dos Trabalhadores da Ind. Têxtil de São Paulo e diretora da CNTI.



O evento contou com o Lançamento em Petrópolis-RJ, da **Cartilha da CNTI sobre a Lei 14.611/2023 sobre a Igualdade Salarial**, com objetivo de conscientizar os trabalhadores e a sociedade em geral sobre a importância da Lei para diminuir os casos de discriminação salarial, fortalecer a inclusão e sua efetividade. Abordaram o Tema: "A Desigualdade Salarial e o Mercado de Trabalho para as Mulheres em Petrópolis" as palestrantes: Sônia Zerino, Secretária Nacional da Mulher da CNTI/NCST e CNDM, Lilian Beringh, Deputada Estadual do PCdoB e Thaís Ferreira, Gerente Executiva SERRATEC.



O seminário também contou com a presença de lideranças sindicais de São Paulo entre elas o presidente da FTI Têxtil, Sr. Nivaldo Parmejani. Após as apresentações foi aberto para perguntas. Logo após feito entrega de certificados e sorteio de brindes e encerramento.



Brasília-DF, 31 de março de 2025

Saúde mental no trabalho em pauta: Conferência Nacional reúne trabalhadores para garantir direitos e propor mudanças

Evento híbrido, marcado para 1º de abril de 2025, visa fortalecer a saúde mental como direito humano e eleger representantes para a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador



A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) convida todas as trabalhadoras e trabalhadores a participarem da **Conferência Livre Nacional de Saúde Mental e Trabalho (CLNSMT)**, que ocorrerá no dia **1º de abril de 2025**, em formato híbrido (presencial e online). O evento, que será realizado na **Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília**, tem como objetivo central debater a **saúde mental dos trabalhadores como um direito humano**, tema de grande relevância para a classe trabalhadora.

A CLNSMT é uma etapa preparatória para a **5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (5ª CNSTT)**, que acontecerá em agosto de 2025. Durante o evento serão deliberadas diretrizes e propostas para os três eixos temáticos da 5ª CNSTT, além da eleição de delegados que representarão os trabalhadores na etapa nacional.

O presidente da CNTI, **José Reginaldo Inácio**, reforça a importância da participação dos trabalhadores nessas discussões: "Esta conferência é um espaço fundamental para discutirmos a saúde mental no ambiente de trabalho, um tema que impacta diretamente a qualidade de vida de milhões de brasileiros. Precisamos unir forças para garantir que a saúde mental seja tratada como um direito humano inegociável. É de fundamental importância a participação e o engajamento de todos para fortalecer essa luta!"

Objetivos do Evento:

- **Elaborar diretrizes e propostas** para os eixos temáticos da etapa nacional da 5ª CNSTT, a ser

realizada em Brasília/DF, nos **dias 18 a 21 de agosto** de 2025.

- **Eleger delegados** que representarão os trabalhadores na etapa nacional da conferência.

Como Participar:

As inscrições estão abertas até **31 de março de 2025** e podem ser feitas através do link: <https://forms.gle/yxku9cpgXfDP2jdV7>.

Serviço:

Conferência Livre Nacional de Saúde Mental e Trabalho (CLNSMT)

Data: 1º de abril de 2025

Horário: 8h às 18h

Local: Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, Campus Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF

Formato: Híbrido (presencial e online)

Inscrições: Até 31 de março de 2025

Para mais informações, entre em contato com a Comissão Organizadora pelo e-mail: confivresaudementaltrabalho@gmail.com

**Não fique de fora deste importante debate!
Sua participação é essencial para fortalecer a
luta pelos direitos das trabalhadoras e
trabalhadores do Brasil.**

Assessoria de Comunicação da CNTI

Desemprego sobe para 6,8%, mas é o menor do trimestre desde 2014

IBGE diz que trabalho com carteira assinada atinge recorde



José Cruz/Agência Brasil

A taxa de desocupação no trimestre encerrado em fevereiro é de 6,8%. O resultado fica 0,7 ponto percentual acima do registrado no trimestre móvel anterior, terminado em novembro de 2024 (6,1%). No entanto, é a menor para um trimestre encerrado em fevereiro desde 2014, quando marcou 6,8%.

Os dados do mercado de trabalho fazem parte da

**Brasília-DF, 31 de março de 2025**

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada nesta sexta-feira (28), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Adriana Beringuy, a elevação da desocupação em relação ao trimestre móvel anterior é um comportamento comum nesta época do ano.

"É um movimento esperado porque no período de transição do encerramento de um ano para os primeiros meses do ano seguinte, há, de fato, esse movimento de queda na ocupação", garante.

O número de pessoas sem trabalho alcançou 7,5 milhões no período, elevação de 10,4% ante o trimestre móvel anterior. Entretanto, esse contingente está 12,5% menor que o anotado no mesmo trimestre de 2024.

Setores

Dos dez grupamentos de atividade pesquisados pelo IBGE, três apresentaram recuo no número de ocupados, construção (-4,0%, ou menos 310 mil pessoas), administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (-2,5%, ou menos 468 mil pessoas) e serviços domésticos (-4,8%, ou menos 290 mil pessoas).

De acordo com Beringuy, a redução de vagas no grupo de administração pública também é sazonal e tem a ver com o fim de vínculo de trabalhadores temporários.

A pesquisadora afirma, ainda, que esse comportamento sazonal do mercado de trabalho faz com que não seja possível afirmar que há efeitos recessivos da escalada da taxa de juros, medida adotada pelo Banco Central (BC) para conter a inflação.

"Não atribuiria nesse momento efeito dessa variável juros e afetação do consumo de famílias no mercado de trabalho", diz.

No trimestre encerrado em janeiro de 2025, a taxa ficou em 6,5%, abaixo dos 6,8% do período terminado em fevereiro. Mas o IBGE não faz a comparação entre os intervalos imediatamente seguidos, pois há meses que se repetem nos dois períodos (dezembro e janeiro), o que distorce a comparação.

Ocupados e carteira assinada

No trimestre encerrado em fevereiro, a população ocupada no país era de 102,7 milhões de pessoas. O contingente é 1,2% menor que o do período terminado em novembro (1,2 milhão de pessoas a

menos), mas 2,4% maior que o do mesmo período do ano passado (2,4 milhões de pessoas a mais).

A pesquisa do IBGE aponta ainda que o país alcançou recorde no número de trabalhadores com carteira assinada. Eram 39,6 milhões de contratos, o maior volume desde o início da série histórica, em 2012. Em um ano, foram 1,6 milhões de pessoas a mais (+4,1%) com a carteira assinada.

O estudo do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja emprego com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal.

A taxa de informalidade - trabalhadores que não têm garantidos direitos como férias, contribuição para a Previdência Social e 13º salário - teve "ligeira redução", indo a 38,1% da população ocupada, o que representa 39,1 milhões de trabalhadores informais. Tanto no trimestre encerrado em novembro e no mesmo período de 2024, a taxa estava em 38,7%.

Fonte: Agência Brasil

Brasil abre 431.995 vagas formais de trabalho em fevereiro, mostra Caged

O resultado do mês passado foi fruto de 2.579.192 admissões e 2.147.197 desligamentos, ficando muito acima da expectativa de economistas



Trabalhadores em unidade da Fiat em Betim, perto de Belo Horizonte 20/05/2020 REUTERS/Washington Alves

O Brasil abriu 431.995 vagas formais de trabalho em fevereiro, maior resultado mensal da série histórica e muito além do esperado por economistas, mostrou o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgado nesta sexta-feira pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O resultado do mês passado foi fruto de 2.579.192

**Brasília-DF, 31 de março de 2025**

admissões e 2.147.197 desligamentos. Economistas consultados em pesquisa da Reuters esperavam uma criação líquida de 250.000 vagas.

O saldo de fevereiro foi o maior para o mês na série do Novo Caged, que contabiliza os dados a partir de 2020. Em fevereiro de 2024, foram criados 307.544 postos de trabalho. O novo dado é preliminar e ainda sujeito a ajustes.

No acumulado dos dois primeiros meses do ano, o Caged registrou a criação de 576.081 postos, o maior resultado para o período desde 2021, quando houve criação de 652.215 vagas. Já no acumulado em 12 meses, o saldo foi positivo em 1.782.761 postos.

Os fortes números do emprego formal no primeiro bimestre vêm depois de um resultado negativo recorde em dezembro, com o fechamento de 547.525 vagas, e ocorre em meio a um ciclo de aperto da política monetária por parte do Banco Central, que busca desaquecer a atividade econômica para controlar a inflação.

Fonte: Reuters

Líder do PT liga alerta e estima pelo menos 200 votos para anistia

Em entrevista ao Globo, Lindbergh Farias afirma que não se pode subestimar capacidade da oposição.



O líder da bancada do PT na Câmara, deputado Lindbergh Farias (RJ), declarou que a base governista está atenta ao número de parlamentares que podem apoiar projeto de lei para garantir anistia

aos acusados de participação nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 e em uma trama golpista para impedir a posse do presidente Lula.

Em entrevista ao jornal O Globo, Lindbergh estimou que aproximadamente 200 deputados federais demonstram um perfil político similar ao do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e que, por isso, na avaliação dele, devem votar a favor da proposta e da sua tramitação em regime de urgência. A Câmara é composta por 513 deputados. Para aprovar um projeto de lei, é necessário o apoio da maioria dos parlamentares presentes à votação.

O número estimado pelo petista é inferior aos 300 votos dados como certos pelo líder do PL na Casa, Sóstenes Cavalcante (RJ).

O parlamentar petista salientou sua intenção de alertar os partidos do centro sobre os perigos de desestabilização institucional e o potencial de gerar conflitos com o Judiciário caso a medida seja aprovada.

"Não adianta dizer que não tem essa possibilidade (de pautar a anistia), porque a articulação deles é muito pesada, é uma matéria arriscada e estamos mapeando os votos. Estamos mapeando algo em torno de 200 deputados que poderiam votar favoráveis. Os deputados acabariam votando de acordo com as eleições do ano que vem, porque o deputado conservador não quer perder o seu eleitor", afirmou.

A proposta ainda aguarda análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Apesar da promessa do ex-presidente da Casa Arthur Lira (PP-AL) de criar uma comissão especial para debater o projeto, tal iniciativa não se concretizou. O atual presidente, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem sido reticente a pautar a proposição.

Pressão

Na última terça-feira, Sóstenes Cavalcante afirmou que Hugo aceitou se reunir com ele e outras lideranças partidárias na próxima semana, ao voltar da viagem que faz à Ásia, para tratar do assunto. A pressão tende a crescer nos próximos dias depois que o Supremo aceitou denúncia por tentativa de golpe contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete aliados.

"Vamos argumentar com os partidos de centro que essa não é uma pauta adequada para a Câmara assumir. Estaríamos desencadeando uma grave crise institucional no país. Estamos examinando as vias jurídicas, tanto preventivas quanto para o caso de uma eventual aprovação. Essa lei é inconstitucional, pois representa uma ingerência indevida no Poder Judiciário e atenta contra a independência entre os Três Poderes, conforme previsto no artigo 2º da Constituição", afirmou Lindbergh. "Seria um instrumento legislativo utilizado exclusivamente para prejudicar um julgamento", acrescentou.

Como mostrou o Congresso em Foco, ao menos dez projetos de lei em tramitação na Câmara e no Senado preveem anistia para os envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023. Para virar realidade, a proposta terá de vencer uma corrida de obstáculos nos Três Poderes.

Fonte: Congresso em Foco